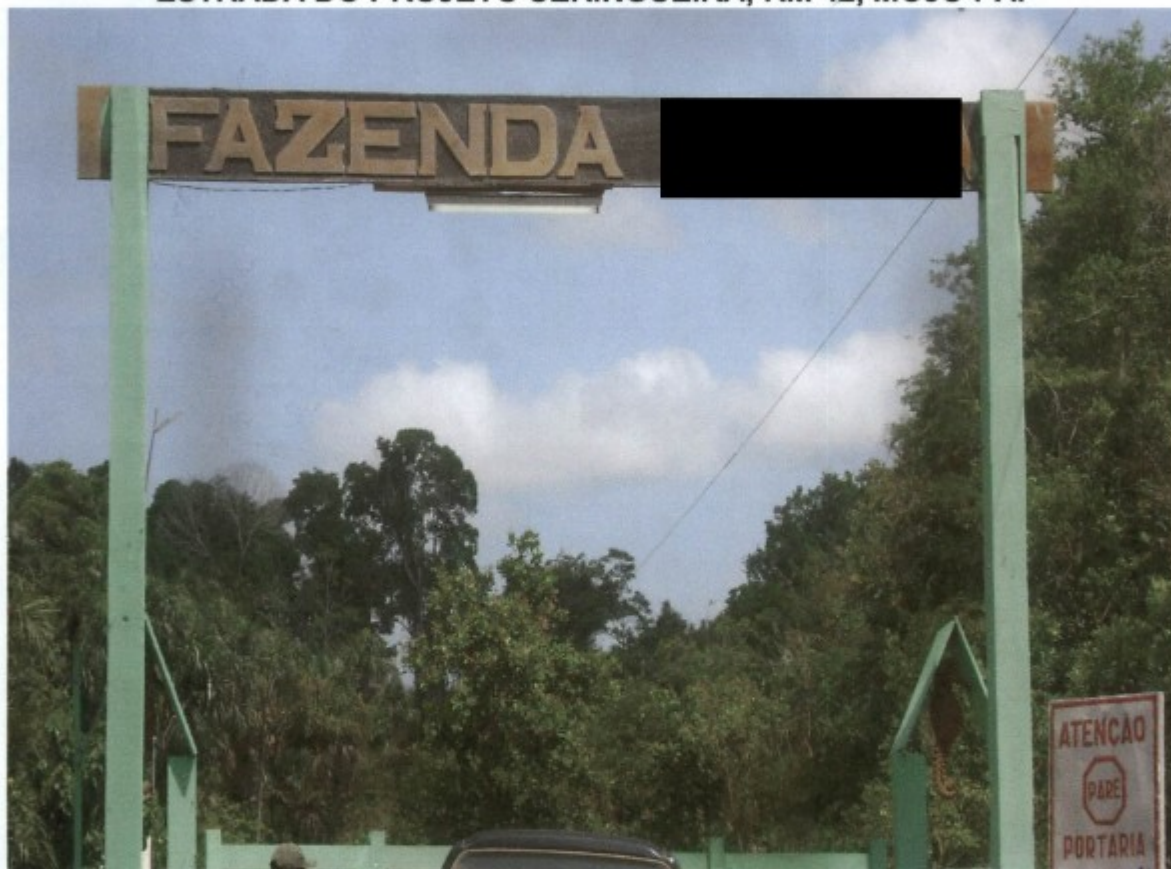




MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

**ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**

**MAGESA – MOJU AGROINDUSTRIAL E ENERGETICA S/A, KM 122,
ESTRADA DO PROJETO SERINGUEIRA, KM 42, MOJU-PA.**



PERÍODO DA AÇÃO: 23 de agosto a 02 de setembro de 2010

LOCAL: Moju-Pa

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: 03°14' 24.2''S 049°20'32.1''W

ATIVIDADE: Fabricação de álcool

CNAE 1931-4/00

SETEMBRO DE 2010



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

ÍNDICE

I - EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	03
II - PERÍODO DA AÇÃO	03
III - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	03
IV - DA EMPRESA DENUNCIADA	03
V - DA ÁREA FISCALIZADA	03
VI - DA EMPRESA FISCALIZADA	04
VII - DA IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS	04
VIII - DA LOCALIZAÇÃO E DO ACESSO	04
IX - DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS	05
X - DA AÇÃO FISCAL	05
X. 1. DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS	05
X. 2. DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO	06
XI - DADOS GERAIS	06
XII - AUTO DE INFRAÇÃO	07
XIII - ANEXOS	07

I - EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO****MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO****BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ****II - PERÍODO DA AÇÃO**

23 de agosto a 02 de setembro de 2010

III - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em atenção à determinação do chefe da Seção de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará e em atendimento aos termos do Ofício número 905/2009, referente à Representação de número 250/2009, os Auditores Fiscais do Trabalho

acompanhados pelo Procurador do Trabalho Dr. e pela equipe do Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado do Pará, no dia 01 de setembro de 2010 deram início ao procedimento de fiscalização na Empresa **MAGESA – MOJU AGROINDUSTRIAL E ENERGETICA S/A**, situada na Rodovia PA 150, km 122, Estrada do Projeto Seringueira, km 42, no Município de Moju-Pa, constatando os seguintes fatos.

IV – DA EMPRESA DENUNCIADA

A denúncia relata, em resumo, que na **FAZENDA** situada na Rodovia PA 150, km 122, Projeto Seringa, no Município de Tailândia, cerca de 100 (cem) empregados laboram nas atividades de Serraria e Oficina, sem que lhes fossem fornecido equipamentos de proteção individual, motivando inúmeros acidentes de trabalho; que o único equipamento utilizado é a bota, sendo a mesma imprópria e vendida pelo empregador; que os empregados laboram em regime de baixada, sendo 23 dias trabalhados e sete dias de folga; que durante o período trabalhado laboram em jornada de 12 horas diárias, de segunda a segunda, sem o pagamento das horas e dias excedentes; que o deslocamento dos trabalhadores é feito em pau-de-arara e que a alimentação é vendida aos empregados ao preço de R\$. 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos).

V – DA ÁREA FISCALIZADA

A ação fiscal deu-se na área formada pelas Fazendas **SIPASA**, **PROMASA**, **ÁGUA CLARA**, **MAGESA**, **CITAG**, **CAIRARI**, **PINHEIRO** e **REPARTIMENTO**, na Rodovia PA 150, km 122, Estrada do Projeto Seringa, km 42, Zona Rural, Moju-Pa, CEP: 68.450.000, em coordenada geográfica **03°14' 24.2"S**

IX - DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS

A Auditoria fiscal constatou que o empregador mantém em seu quadro funcional atual 69 (sessenta e nove) empregados, dentre os quais 09 (nove) estavam sem registro em instrumento competente.

Ficou constatado também que o empregador efetua pagamento de salário sem formalização de recibo; não concede regularmente as férias; não depositar regularmente o FGTS e a CS; deixa de informar a RAIS e não comunica ao órgão competente a movimentação de admissão e dispensa dos empregados.

X - DA AÇÃO FISCAL

X. 1. DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS.

X. 1.1. Do Registro de Empregados.

No decorrer da ação constatamos que o empregador mantinha em seu quadro funcional 02 (dois) empregados sem o respectivo registro em livro ou outro instrumento competente, contrariando o art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, motivando a lavratura do Auto de Infração de número 021136866.

-RELAÇÃO DOS EMPREGADOS SEM REGISTRO

01-
02-
03-
04-
05-
06-
07-
08-
09-

X. 1.2. Do pagamento de salário sem formalização de recibo.

Durante a ação constatamos que a empresa mantém duas folhas de pagamento, sendo uma original, sob a qual existe a emissão de recibo de pagamento de salário e outra suplementar (caixa 02), onde não há emissão de recibo de pagamento de salário. As folhas originais e suplementares se somam somente para efeito de pagamento de salário, não incidindo sobre a suplementar (caixa 02), os valores relativos ao FGTS e outros encargos sociais. A conduta do empregador, por contrariar o artigo 464 da Consolidação das Leis do Trabalho, motivou a lavratura do Auto de Infração de número 021136890.

X. 1.3. Das Férias

Constatamos, ainda, que o empregador não concede férias nos 12 (doze) meses seguintes ao período aquisitivo e não paga em dobro aquelas que são concedidas fora do período legal, contrariando os artigos 134, "caput", e 137, "caput", da Consolidação das Leis do Trabalho, o que motivou a lavratura dos Autos de Infração de números 021136904 e 021136912.

X. 1.4. Da RAIS

Por deixar de apresentar, no prazo legalmente estabelecido, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), contrariando o artigo 24, da Lei nº 7.998, de 11.1.1990, combinado com o art. 7º do Decreto nº 76.900, de 23.12.1975, lavramos o Auto de Infração de número 021136874.

X. 1.5. Do CAGED

Por deixar de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego, até o dia 7 (sete) do mês subsequente ou no prazo definido em regulamento, o Cadastro Geral de Empregados e

Desempregados (CAGED), contrariando o artigo art. 1º, § 1º, da Lei nº 4.923, de 23.12.1965, lavramos o Auto de Infração de número 021136882.

X. 1.6. Do FGTS e CS.

Análise de documentos e pesquisas junto aos sistemas de subsídio a fiscalização demonstram indícios de débito nos depósitos mensais do percentual referente ao FGTS; na contribuição social incidente sobre a remuneração paga ou devida a cada empregado; na contribuição social incidente sobre o montante de todos os depósitos devidos ao FGTS e no depósito da indenização compensatória do FGTS, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho do empregado. **A auditoria relativa ao atributo não foi concluída e a documentação comprobatória dos fatos está em poder dos Auditores Fiscal, para análise e apuração de débitos fundiários existentes.**

X. 1.7. Dos demais atributos.

Os demais atributos foram regularizados, notificados ou não apresentaram irregularidades.

X. 2. DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO.

X. 2.1. Do termo de interdição.

Em razão de manter uma destopadeira sem proteção lateral do disco e transmissão de força e um quadro elétrico dos grupos geradores, com diversas irregularidades, constituindo-se em grave e iminente risco capaz de causar acidente do trabalho com lesão grave a integridade física dos trabalhadores, lavramos o Termo de Interdição de número 039/2010/401102.

X. 2.1. Dos demais atributos.

Os demais atributos de segurança, higiene e saúde do trabalho foram regularizados no decorrer da ação fiscal, notificados ou não apresentaram irregularidades.

XI - DADOS GERAIS DA AÇÃO

EMPREGADOS EM ATIVIDADE:	69
-Homens	69
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS ALCANÇADOS	69
-Homens	69
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL	06
-Homens	06
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS RESGATADOS	00
-Homens	00
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
VALOR DA RESCISÃO	R\$.
VALOR RECEBIDO PELOS EMPREGADOS	R\$.

VALOR PENDENTE PARA PAGAMENTO	R\$.
AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	06
GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS	00
CTPS EMITIDAS	00
TERMO DE INTERDIÇÃO	00

XII – AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS

Nº/ auto	Ementa	Descrição da ementa
021136866	0000108	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.
021136904	0000914	Deixar de conceder férias nos 12 (doze) meses seguintes ao período aquisitivo.
021136912	0001015	Deixar de pagar em dobro a remuneração, quando as férias forem concedidas após o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.
021136874	0011908	Deixar de apresentar, no prazo legalmente estabelecido, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
021136890	0011460	Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo.
021136882	0011924	Deixar de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego, até o dia 7 (sete) do mês subsequente ou no prazo definido em regulamento, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

XIII - ANEXOS

- 01- Autos de Infração lavrados;
- 02- Termo de Interdição de número 039/2010/401102
- 03- Carta de Preposto em nome de Mauro Augusto da Silva Duarte;
- 04- CD com relato e fotos da ação.

